



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

FINANÇAS NÃO GARANTEM REEMBOLSO RÁPIDO DO IRS

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Como oito países estão a responder à crise da covid-19
Portugal é dos poucos que não aliviaram impostos às famílias
AIP propõe suspensão dos pedidos de insolvências
Marcelo vai renovar estado de emergência sem alterações

Empresas apostam em dar luta à pandemia

PRIMEIRA LINHA 4 2 16



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Empresas continuam a rolar para sofrimento ser menor

Há quem antecipe conseguir manter o negócio três, quatro meses. Há quem atire conseguir aguentar um ano. Mas as empresas preferem ir mantendo o negócio a rolar, para que, na retoma das atividades, a dor não seja tão grande. Há quem esteja a resistir à paragem.

| | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Importa resistir à paragem da economia para que, quando reiniciar, possamos estar a 100%.</p> <p>PEDRO SERRA Flâmia</p> | <p>Renovámos contratos já durante o mês de março e admitimos novos estagiários.</p> <p>RICARDO COSTA BC Shop</p> | <p>Foi reforçado o número de postos de trabalho para aumentar a capacidade de produção.</p> <p>ANTÓNIO PORTELA Bial</p> | <p>Temos lutado para que os clientes não parem. Estamos a forçar a retoma.</p> <p>HELENA PANHAS Puchco</p> | <p>Se esta situação se prolongar seria uma destruição de valor sem qualquer sentido.</p> <p>SÉRGIO FERREIRA Coporgest</p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

ALEXANDRA MACHADO, ANTÓNIO LARGUESA, MARIA JOÃO BABO, PEDRO CURVELO, RUI NEVES

A questão tem sido colocada várias vezes desde que a covid-19 se tornou uma pandemia que levou à declaração, em muitos países, do estado de emergência, à paragem de várias atividades e à limitação de circulação de bens e pessoas. Quanto tempo consegue a economia estar congelada?

Augusto Mateus, economista e ex-ministro da Economia, arisca-va, numa entrevista ao Económico, que é possível deixar a economia no congelador durante um mês. No máximo um mês e meio. Mais que isso é impossível. Como tudo indica que precisamos do mês de abril para desligar completamente a economia e não dar cabo dela está é capaz de ser o melhor resultado. E quantifica em 8 ou 9 mil

milhões de euros a paralisação de 60% da economia por esse tempo.

Mas esta não é uma conta que as empresas, por já, queiram fazer. Contactadas várias companhias pelo Negócios, a maioria garante que está a tentar manter a atividade. Se umas não ariscam dizer quanto tempo aguentam sem o negócio a rolar de forma normal, outras acreditam chegar ao fim do ano, mas há quem ponha menos meses em cima da mesa. "É muito difícil responder pois tudo depende de quanto tempo conseguirmos abastecer-nos de matérias-primas, pois com a paragem noutros países acabamos por ter mercadorias retidas em fornecedores ou em entrepostos, o que, a durar, pode tornar-se num problema", explica ao Negócios Jorge Pereira, presidente executivo da Lapaço, têxtil especializada na produção de linhas de costura e fios, que faz 40% do negócio em vendas para o exterior. Assume ainda um problema do outro lado da equação: na procura. "Tudo depende da quantidade de encomendas novas que possamos receber neste período". Por tudo isto, e ape-

sar de dizer que está a fazer tudo para manter os postos de trabalho, desabafo: "Neste momento é muito difícil tomar decisões".

Helena Panhas, do grupo Panhas, de infraestruturas de energia, também fala da cadeia de valor, que tem de estar em movimento para a economia continuar a rodar. "Temos lutado para que os clientes não parem. Alguns têm-no feito, outros não", mas garante estar "a forçar a retoma", por isso assegura estar "a lutar para que não pare".

Uma coisa é certa: "Se esta situação se prolongar, seria uma des-

-3%

CAPITAL ECONOMICS
 A Capital Economics reviu a projeção do PIB mundial para este ano. Em vez do crescimento de 3%, aponta agora para uma queda de 3%.

truição de valor sem qualquer sentido", assume Sérgio Ferreira, CEO da Coporgest, promotor imobiliário do segmento de luxo, que assume estar a conseguir manter os postos de trabalho, mas admite recorrer ao lay-off simplificado se a situação se prolongar por mais dois ou três meses. Ainda assim, vai já avançando no futuro: "As medidas de fundo que tomarmos serão decididas mais à frente, em função do evoluir da situação. Poderão surgir oportunidades, poderemos ter de nos reinventar, poderemos ter de ajustar a estrutura. Dependendo futuro que, por ora, é muito incerto". É essa certeza que também deixa Agostinho Afonso, diretor-geral da Têxteis Penedo: "Tudo tentaremos para manter os postos de trabalho, mas penso que nenhum empresário pode ter certeza de o conseguir, pois vivemos um período de total incerteza", e mesmo quando a força comercial e industrial for reativada "tudo estará dependente de como a economia irá renascer a tudo este cenário de catástrofe".

A Capital Economics validando que, "dada a natureza da crise, ainda há, em teoria, margem para um rápido retorno aos níveis anteriores de atividade", admitindo que, depois de passar esta fase crítica de contágio e quando as restrições forem diluídas ou desaparecerem, "a capacidade da economia de produzir bens e serviços deve recuperar". Ainda assim, esta casa de investimentos aponta, agora, para uma queda na economia mundial de 3%, o que significará que 2020 arisca-se a ser o pior ano desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando, em 1945, o PIB mundial caiu 5.5%. A Capital Economics acredita que "a maior parte da perda de atividade que se assistirá na primeira metade do ano será, provavelmente, perdida para sempre".

Dois, três meses? Um ano?

As variações de quanto as empresas aguentam é, pois, variável. Mário Ferreira, da Douro Azul, diz que a sua empresa está preparada para manter todos os funcionários até ao final do ano com filiação zero. "Espero que esse cenário não se venha a concretizar, pois seria uma verdadeira catástrofe para o setor



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Estamos-nos a preparar para retomar a normalidade em junho próximo.

VASCO TEIXEIRA
Porto Editora



Tudo depende de quanto tempo conseguiremos abastecer-nos de matérias-primas.

JORGE PEREIRA
Lipaco



turístico português”.

A Transdev, de transportes, acrescenta que “com a regularização da dívida, com tratamento igual de todas as autoridades de transportes em todo o país e com o recurso às medidas extraordinárias lançadas pelo Governo, conseguimos aguentar até ao verão”.

Já Ricardo Costa, da BC Diid, admite que se a paragem for superior a 90% “conseguimos manter a empresa durante três a quatro meses, mas, no nosso caso, não esperamos uma quebra tão grande, por isso estimamos ter condições de manter a empresa, com uma quebra de 30% a 40%, até ao final do ano”. O responsável diz mesmo que, durante o mês de março, renovou contratos e admitiu estagiários. É também de contratações que fala António Portela, CEO da Bial, que tem uma parte do pessoal em teletrabalho. Quem desempenha funções nas áreas industrial, qualidade e logística “mantém-se a trabalhar, tendo sido reforçado o número de postos de trabalho para aumentarmos a capacidade de produção e reforçarmos ‘stocks’ dos nos-

sos medicamentos”, assumindo que “temos capacidade de manter a funcionar a empresa”.

É isso que importa agora: “Resistir à paragem da economia para que quando reiniciar possamos estar a 100%”, realça Pedro Serra, da Fiamma, produtora de máquinas de café, assumindo que tem capacidade de manter a empresa durante três meses numa economia congelada. É nesse cenário que a Porto Editora trabalha. Vasco Teixeira assume que está a preparar a empresa para “retomar a normalidade em junho”. ■

-3,7%

PORTUGAL

O Banco de Portugal avançou, recentemente, uma projeção de queda para o PIB nacional em 2020 de 3,7% num cenário base.



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Com a economia paralisada, os países desdobram-se em medidas para segurar as suas economias. Mas a dimensão necessária da intervenção vai depender da duração do abalo da covid-19. E ainda ninguém sabe quanto tempo vai durar.

MARGARIDA PEIXOTO*
 margaridapeixoto@negocios.pt

Com a atividade quase paralisada por causa da pandemia de covid-19, mas sem querer abrir mão da esperança de recuperar o seu estilo de vida, os países desdobram-se em medidas para conter o impacto económico do surto. Linhas de crédito milionárias, adiamentos de impostos, licenças para ficar em casa mas continuar a receber, as ideias são muitas. E Portugal? Está a fazer mais, ou menos, do que os outros?

A estratégia dos países para reagir à crise pandémica é, em traços gerais, comum: a ideia é providenciar máxima liquidez à economia (empresas, famílias e bancos) para manter a cadeia de pagamentos a funcionar durante o período em que a atividade está "em hibernação".

Neste sentido, além da política expansionista dos bancos centrais, os países apresentaram já várias medidas, como linhas de crédito e adiamento do pagamento de obrigações fiscais e contributivas. Portugal não foi exceção e anunciou um pacote de medidas de 9,2 mil milhões de euros, o equivalente a 17% do PIB trimestral, e cerca de 5% do anual.

"Este foco nas necessidades de liquidez/premissas das empresas é fundamental", escreve o economista Ricardo Reis, num artigo de opinião publicado no Expresso. "Ele assegura que a economia não entra numa espiral de incumprimentos, tendo por base uma ideia simples: a de usar as receitas dos meses futuros para pagar, daqui a algum tempo, as obrigações devidas hoje", explica.

Somam-se medidas direcionadas às empresas e aos trabalhadores, com o objetivo de os manter unidos e evitar o descalabro do desemprego que uma paragem abrupta da atividade, de outro modo, ditaria. Aqui estão medidas como o acesso facilitado ao lay-off, os apoios à formação dos trabalhadores, ou licenças para cuidar dos filhos menores de 12 anos, enquanto as escolas estão fechadas.

Quanto fazem os outros?

Numa comparação direta com Portugal, o plano espanhol, por exemplo, é esmagador: são 200 mil milhões de euros, o equivalente a 20% do PIB. Tem o mesmo tipo de iniciativas, mas vai além na dimensão. O plano alemão é ainda maior: 750 mil milhões de euros, 22% do PIB. Inclui reforço de verbas para a saúde, um fundo de resgate, linhas de capitalização e liquidez para as empresas, entre outras ideias.

Portugal parece estar a fazer menos do que outros países, tanto na dimensão das medidas, como no tipo de iniciativas. Por exemplo, em termos fiscais, o Executivo de António Costa tem um plano sobretudo direcionado para o adiamento dos prazos de obrigações fiscais e contributivas. Vários outros países têm nos seus planos, para além destes adiamentos, efetivas reduções de impostos.

Mas a conclusão é difícil de tirar. O próprio FMI, que criou um site para acompanhar as medidas tomadas em 189 economias, avisa que a iniciativa "não serve para comparar as respostas" dos países porque estas "dependem da natureza do choque e das circunstâncias específicas" de cada Estado.

Além disso, há que ter em conta que as medidas crescem a apoios que já estão em vigor em



O Governo de António Costa já avançou com muitas medidas para tentar segurar as empresas e os empregos durante esta

cada Estado (e que são diferenciados), estão constantemente a ser atualizadas nos vários países, consoante a evolução da epidemia, e os governos utilizam metodologias diferentes para apresentar as iniciativas. Há planos feitos a pensar num prazo mais alargado, há iniciativas com impacto orçamental e outras sem impacto, há linhas de crédito que implicam risco para a República e outras que não têm o Estado como fiador.

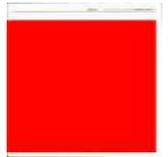
Para o dobro da epidemia, o dobro das medidas
 Um dos "principais riscos" que

os países correm é "que a resposta da política fiscal não seja compatível com a magnitude do choque", diz o departamento de research do BPI, numa nota publicada esta terça-feira. "Se a covid-19 tem um impacto na atividade económica de cinco pontos percentuais do PIB, o esforço fiscal deve ser comparável. Por outras palavras, se o seu impacto for o dobro do esperado, a resposta fiscal teria de ser a dobrar", argumenta.

Numa análise específica ao caso português, a tese é a de que as medidas apresentadas neste momento presumem que a eco-

nomia portuguesa fica paralisada durante um período relativamente curto (o segundo trimestre do ano), mas retoma na segunda metade de 2020. O BPI assume que se assim for, a economia nacional vai sofrer uma contração de 15% do PIB no segundo trimestre, mas recupera desguida, registando uma recessão este ano na ordem dos 3,4%.

Mas "se as medidas de contenção tiverem de ser prolongadas até ao verão, ou retiradas muito gradualmente, o declínio do PIB poderá ser de cerca de 7%" - e nesse caso o pacote de iniciativas deverá também ser



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Portugal é dos poucos países que não aliviaram o IRS das famílias

A OCDE defende a redução do IRS para as famílias e Portugal é, entre os que estão no centro da epidemia, dos poucos que não o fizeram. E é também dos que menos medidas fiscais tomaram.



paragem forçada. Serão suficientes?

alargado. Depois disso, haverá que lidar com o reverso da moeda, para o qual o diretor do centro de políticas públicas e fiscais da OCDE já está, implicitamente, a apontar: "Uma vez que a contenção da pandemia esteja ao alcance, os governos vão precisar de reavaliar as suas estratégias orçamentais de médio e de longo prazo para alcançar um equilíbrio entre estímulo orçamental, e consolidação orçamental." Por outras palavras, há que descobrir como pagar a fatura. ■ com SP/RFB

Portugal é dos poucos países mais afetados pela covid-19 na Zona Euro que não mexeram no IRS para aliviar o impacto da crise provocada pelo novo coronavírus no rendimento das famílias. Segundo um levantamento das medidas fiscais e contributivas feito pela OCDE, mais de metade dos 20 países analisados mexeram no IRS como forma de aliviar as famílias. E se centrarmos a análise nos países da Zona Euro mais afetados pela covid-19 (com mais de mil casos), Portugal é um dos poucos que não o fizeram. Pelo contrário, o Governo só mexeu no IRS para beneficiar provisoriamente a liquidez das empresas, adiando a entrega da retenção na fonte exigida mensalmente aos trabalhadores.

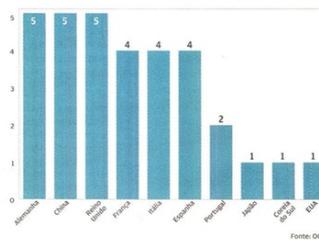
Por exemplo, a China, onde o surto teve início, isentou de IRS os subsídios e bônus ganhos pelos profissionais de saúde. Já na Zona Euro, a Alemanha e Espanha adiaram o pagamento de IRS exigido às famílias e França está a permitir ajustes na taxa devida a trabalhadores independentes. Ora, a OCDE defende, precisamente, que os países introduzam medidas neste imposto para apoiar as famílias durante a pandemia, através de benefícios fiscais para profissionais de saúde (condições mais vantajosas para as horas extra, por exemplo); reembolsos de IRS mais rápidos e um diferencial inferior entre o imposto retido e o devido.

No entanto, e tal como o Negócios escreveu na semana passada, o Governo recusa para já adiar o IRS e o IMI exigidos às famílias. E, em plena campanha de IRS, as Finanças asseguraram apenas a continuidade dos reembolsos do imposto (já que a maioria dos funcionários do Fisco está em teletrabalho) referentes a 2019.

PORTUGAL COM MENOS ALTERAÇÕES FISCAIS

Número de alterações fiscais para responder à pandemia em dez países, 2020.

Segundo o levantamento feito da OCDE, os países afetados pelo novo coronavírus, como a China, introduziram mais alterações fiscais. Por outro lado, países tidos como bons exemplos, como a Coreia do Sul, recorreram menos a estas políticas. Portugal tem apenas duas alterações.



Fonte: OCDE

Que medidas fiscais estão a ser tomadas?

Para já, os países estão a tomar medidas de adiamento do pagamento dos vários impostos (IRS, IRC e IVA) e de contribuições sociais. Há também alguns paí-

ses que avançaram para alívios fiscais diretos: os EUA, por exemplo, introduziram créditos fiscais para as empresas; a China alargou o reporte de perdas deste ano por oito anos (para reduzir o lucro tributável) e França está a aceitar redução de taxas de IRC exigido, mediante pedido (e perante o impacto da covid-19).

Já Portugal permite que as empresas entreguem o IVA, as retenções de IRC (exigidas sobre alguns rendimentos) e de IRS (retidas aos trabalhadores e entregues pelas empresas ao Fisco) exigidas no segundo trimestre em frações. Além disso, o Governo português reduziu em 2/3 as contribuições sociais devidas às empresas em março, abril e maio.

Estas são as duas medidas fiscais e contributivas contabilizadas pela OCDE. Comparando com outros países, Portugal também é dos países mais afetados

OCDE quer menos IRS para médicos

Para responder à quebra de rendimento provocada pela covid-19, a OCDE defende um conjunto de medidas fiscais e contributivas para aliviar empresas e famílias. Em sede de IRS, a OCDE defende benefícios fiscais para profissionais de saúde e de outros setores considerados urgentes, a aceleração de reembolsos e um ajustamento entre a retenção na fonte exigida e o imposto anual devido. Para empresas, defende adiar o pagamento de contribuições sociais e de IVA (e o reembolso mais rápido deste imposto), bem como prolongar o reporte de perdas. Facilitar o pagamento de impostos em prestações é outra das medidas propostas.

do euro com menos alterações fiscais e contributivas. Em média, avançaram três alterações fiscais e contributivas relevantes.

Porém, neste levantamento a OCDE não considera medidas como o adiamento do preenchimento de declarações, alterações nas penalizações por incumprimento, medidas de relacionamento com contribuintes ou de pagamento de dívidas fiscais – que também foram feitas em Portugal.

Além disso, a OCDE já avançava a política fiscal dos países, afirmando apenas que o "foco imediato" deve ser "garantir que as famílias e as empresas mantenham a cabeça à tona até que a crise de saúde esteja controlada, para que a economia esteja pronta para recuperar quando o pior da pandemia passar", afirmou o diretor do Centro de Política Administrativa Fiscal da OCDE, Pascal Saint-Amans. ■ SP

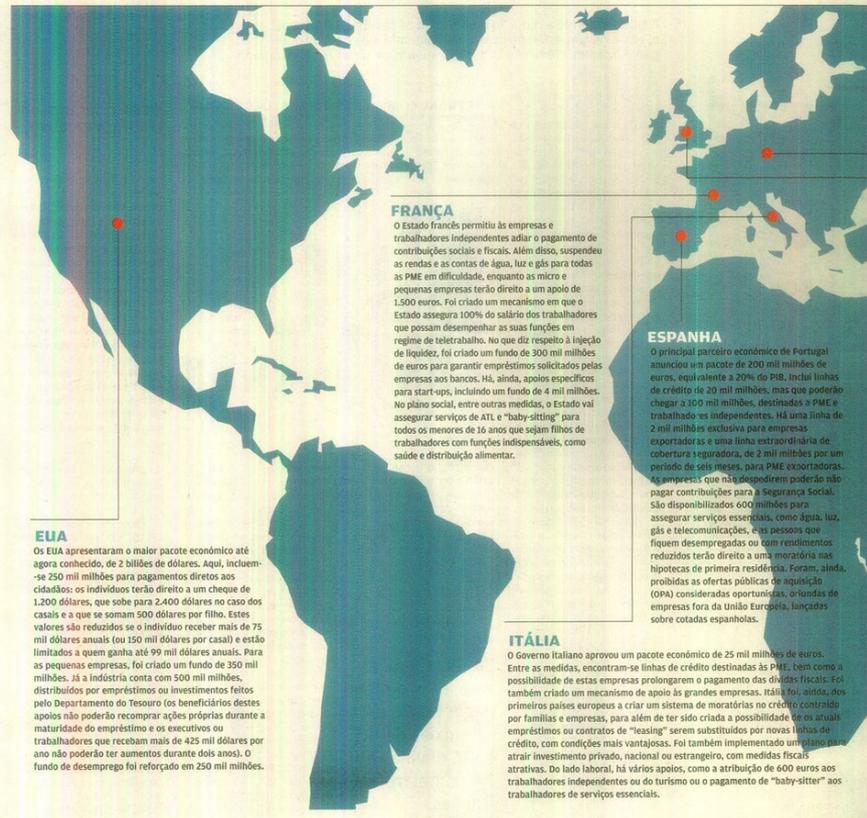
Em Portugal, as empresas podem pagar o IVA, as retenções de IRS e IRC devidas no 2.º trimestre em frações.



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Que medidas implementaram os parceiros económicos de Portugal?

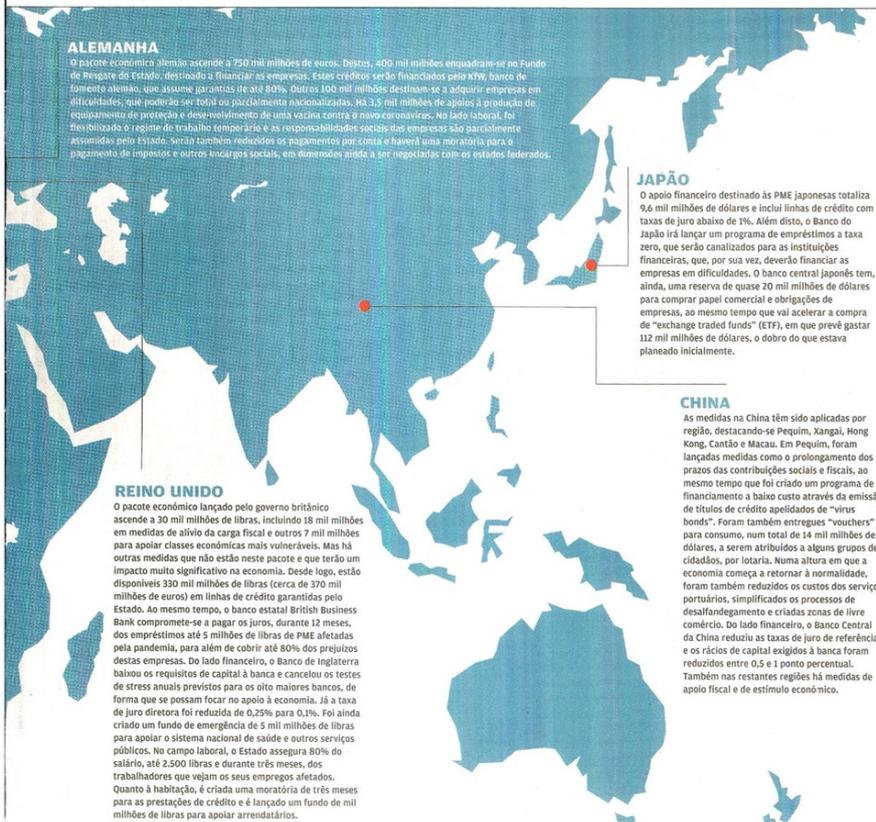




Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

Nas últimas semanas, os governos de todo o mundo foram anunciando pacotes económicos de milhares de milhões para assegurar a liquidez das empresas, os postos de trabalho e os rendimentos das famílias. Os principais parceiros económicos de Portugal não são exceção. Desde o início da pandemia que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem disponibilizado às empresas exportadoras nacionais um "termómetro" do que está a ser feito lá fora, para que conheçam os constrangimentos e os apoios dos seus clientes. Estas são algumas dessas medidas. RAFAELA BURD RELVAS rafaelarelv@snegocios.pt





Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

AIP propõe suspensão dos pedidos de insolvência durante a crise

Um estudo da AIP refere que as medidas adotadas em Portugal estão em linha com aquilo que vem sendo feito noutros países, em particular Espanha e Itália. No entanto, defende que devem ser decididas medidas de proteção das exportações bem como a suspensão dos pedidos de insolvência.

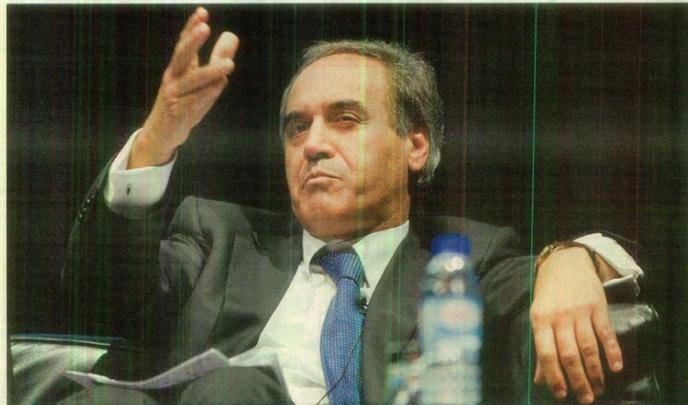
DAVID SANTIAGO
 davidsantiago@negocios.pt

As medidas já anunciadas por Portugal para proteger o tecido empresarial neste cenário de crise são bem vistas pela Associação Industrial Portuguesa (AIP) que defende, porém, que será necessário fazer mais, desde logo mediante a suspensão dos pedidos de insolvência ou a proteção do setor exportador.

De acordo com um estudo comparativo com Itália, Espanha, Alemanha e Polónia, levado a cabo pela AIP, e a que o Negócios teve acesso, as medidas anunciadas por Portugal enquadram-se naquilo que foi feito por outros países, em especial as moratórias e isenções.

O primeiro pacote de medidas anunciado "foi idêntico e transversal a estes países, incluíndo no crédito às empresas, flexibilização das obrigações fiscais e contributivas e na área laboral". É "a amplitude das medidas está obviamente ligada aos recursos financeiros de cada país", permitindo aos países do leste europeu "uma estratégia mais assente nas ajudas diretas às empresas do que no crédito".

Para a AIP, Portugal "compara bem" em dois pontos concretos: "criação de linhas de financiamento específicas para os setores inicialmente mais atingidos pela crise: turismo e restauração", sendo o valor da linha de crédito destinada ao turismo (1760 milhões de euros) "superior à maioria dos países analisados"; e na "flexibilização do pagamento de obrigações fiscais e contributivas para todas as empresas, e não limitadas a empresas com determinados montantes de proventos" - designadamente a isenção do pagamento de impostos até junho e o



A associação liderada por José Eduardo Carvalho defende que se premeiem os trabalhadores dos setores que continuam a laborar.

reporte dos prejuízos fiscais para o próximo exercício.

Há, contudo, medidas que a AIP nota terem sido adotadas noutros Estados e que Portugal devia acompanhar, a começar pela "suspensão dos pedidos de insolvência" num contexto em que haverá um grande momento destas situações. A "proibição de interrupção do fornecimento por falta de pagamento" e a "suspensão da atualização dos preços" são outras das ideias avançadas.

Proteger exportações

Após relevar como positivos os auxílios já aprovados para apoiar a tesouraria das empresas (200 milhões de euros), Filipe Martins, diretor da AIP, salienta que "terá de haver reforços dessas linhas de crédito".



Os apoios do BEI têm de chegar diretamente às empresas, sem intermediação da banca comercial, que muitas vezes tem critérios de risco incompatíveis com a urgência de garantir liquidez à economia.

FILIPE MARTINS
 Diretor da direção de consultoria da AIP

Este responsável pelo estudo sinaliza uma área onde Portugal ficou aquém de Espanha e Itália, e que diz respeito à "ausência de proteção às exportações". Espanha criou uma linha de cobertura de seguros para a internacionalização e Itália lançou um fundo para antecipar pagamento de faturas de exportações já realizadas, anota. Filipe Martins considera que o Governo deve assegurar o "reforço dos seguros das linhas com possibilidade de antecipação".

Outra proposta passa pela possibilidade de premiar os trabalhadores dos setores que continuam a laborar e que não estão em regime de teletrabalho. "Em Itália, cada trabalhador recebe pelos dias trabalhados mais 100 euros (num mês de 22 dias úteis), é uma espécie de subsídio de risco", explica o

responsável da AIP.

Financiamento massivo sem juros

A AIP recorre a uma medida defendida pelo ex-governador do Banco Central Europeu, Mario Draghi, para sustentar que "só um financiamento massivo sem juros às empresas evitará um choque de seleção sem precedentes no tecido empresarial".

Para mitigar este risco, e como Portugal não dispõe de um banco de fomento, Filipe Martins propõe que os apoios do Banco Europeu de Investimento cheguem "diretamente às empresas, sem intermediação da banca comercial, que muitas vezes tem critérios de risco incompatíveis com a urgência de garantir liquidez à economia". ■



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?



Tiago Pêtingo/Lusa

Bancos já estão a disponibilizar moratórias no crédito através dos seus sites.

Moratória permite não pagar nada ou só os juros

Depois de o Governo ter aprovado a moratória no crédito, a banca está a apresentar propostas e a prometer respostas rápidas. As soluções permitem adiar capital e juros ou pagar apenas os juros.

As moratórias no crédito já chegaram. Depois de o Governo ter aprovado a legislação que enquadra esta solução, e de os bancos também terem apresentado as suas propostas, já é possível a adesão a esta medida que visa ajudar as famílias e empresas mais penalizadas pela pandemia. Uma solução que pode ter custos.

A moratória do Estado já está a ser disponibilizada no site das instituições financeiras, lado a lado com as propostas dos bancos. Uma solução que André Figueiredo, sócio coordenador da área de mercado de capitais da PLMJ, diz ter sido "feita em moldes bastante flexíveis". Isto porque, explica ao Negócios, a adesão é "simples", dispensando muitos documentos, e "ajusta-se às necessidades dos clientes". Estes podem, por exemplo, pedir uma moratória de meio ano ou de apenas três meses.

Podem ainda, realça o sócio da PLMJ, optar por uma carência de capital e de juros ao longo deste período, ou ficar a pagar apenas os juros, tal como muitos bancos estão a oferecer, citando um dos pontos do decreto-lei do Governo: "As entidades beneficiárias das medidas previstas podem, em qualquer momento, so-

licitar que apenas os reembolsos de capital, ou parte deste, sejam suspensos".

Caso optem por adiar o pagamento de capital e juros ao longo deste período, isto terá impacto no bolso das famílias e empresas no futuro. De acordo com as simulações do Governo, para um empréstimo de 150 mil euros a 30 anos, tendo já decorridos dez anos, cujo contrato se aplica a Euribor a 6 meses e uma taxa de "spread" de 1,5%, uma prestação mensal de 495 euros vai aumentar em três euros após a moratória. É que de acordo com a legislação, os juros vencidos durante o período da moratória serão capitalizados e incluídos no montante em dívida, o que vai levar a um ajustamento do valor da prestação a pagar até ao final do contrato.

Bancos cobram juros

A moratória do Estado difere de algumas das propostas apresentadas pela banca. Se o Novo Banco segue a mesma linha, em instituições como a Caixa Geral de Depósitos, Santander ou BPI o pagamento de juros mantém-se ao longo do período de carência. "O cliente que opte pela Moratória BPI Covid-19, mensalmente apenas pagará os juros, o que re-

sulta num montante muito mais baixo que o habitual", explica fonte oficial do banco liderado por Pablo Forero ao Negócios. Já o Santander nota que "as prestações de capital que não forem pagas agora serão pagas nos seis meses seguintes ao fim do prazo atual dos empréstimos, que aumentam por igual período, para não sobrecarregar o valor das restantes prestações".

Respostas "na hora"

Apesar das diferenças, há algo em comum entre os bancos: a promessa de respostas rápidas. No caso do Novo Banco, a expectativa é de que este prazo seja de apenas 24 horas. Ao Negócios, fonte oficial explica para que isto seja possível, o banco "mobilizou todas as equipas dos balcões e linhas de suporte para dar prioridade ao tratamento destes pedidos".

Já no caso da Caixa, o banco diz que irá responder "no espaço de tempo mais curto possível", não se comprometendo com datas, enquanto o BPI garante que "os pedidos serão respondidos muito rapidamente e com a maior brevidade possível, como já está a acontecer", cumprindo o prazo legal de cinco dias úteis. ■

RETA ATALAA

TOME NOTA

As diferenças entre as moratórias

O Governo apresentou a sua moratória no crédito a famílias e empresas, deixando a porta aberta aos bancos para irem mais longe nas medidas a adotar para apoiar a economia.

GOVERNO

PROPOSTA DO GOVERNO DÁ FLEXIBILIDADE
A moratória no crédito disponibilizada pelo Estado, através das instituições financeiras, prevê alguma flexibilidade, como explica André Figueiredo, sócio coordenador da área de mercado de capitais da PLMJ, ao Negócios. Isto porque, refere, o decreto-lei aprovado pelo Governo prevê que as famílias e empresas escolham entre adiar o pagamento do capital e juros ou optar por ficar a pagar apenas juros ao longo do período.

BANCA

BANCOS COBRAM JUROS
Algumas das propostas das instituições financeiras preveem que os clientes que façam um pedido de moratória fiquem a pagar os juros durante o período de carência. É, por exemplo, o caso da Caixa Geral de Depósitos. "Durante o período de carência o mutuário deixará de reembolsar capital e só paga, na prestação mensal, a componente de juros", conforme explicou fonte oficial ao Negócios. O mesmo acontece na proposta apresentada pelo Santander e pelo BPI.

JUROS

CRÉDITO À HABITAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS

O Governo decidiu disponibilizar uma moratória de até seis meses nos créditos das empresas, mas também para aquisição de habitação permanente, de maneira a apoiar as famílias mais penalizadas pela pandemia. Esta solução exclui o crédito ao consumo. De acordo com André Figueiredo, sócio coordenador da área de mercado de capitais da PLMJ, o Governo quis "salvaguardar os créditos que são socialmente mais relevantes".

PROPOSTA DA BANCA INCLUI CONSUMO

As propostas apresentadas por algumas instituições financeiras vão mais longe do que a solução do Governo. Estas incluem igualmente o crédito pessoal, nomeadamente os empréstimos contraiados para a compra de automóvel. O alargamento da medida a este tipo de créditos foi adotado por alguns bancos, nomeadamente pela Caixa Geral de Depósitos, mas também pelo BPI, Santander ou o Crédito Agrícola.

CRÉDITO

MORATÓRIA ATÉ SEIS MESES

A solução aprovada pelo Governo, e cujo decreto-lei foi publicado na semana passada, permite que as famílias (com crédito à habitação) e empresas adiem o pagamento do capital e juros até seis meses, mas que pode ajustar-se às necessidades dos clientes. Estes podem, por exemplo, optar, em vez disso, por um período de carência de apenas três meses.

SETOR VAI ATÉ AOS 12 MESES

Além do tipo de crédito a incluir na moratória, alguns bancos decidiram igualmente ir mais longe do que a proposta do Governo em relação à duração da moratória. O Crédito Agrícola dá um período de carência que pode ir até aos 12 meses. Além do banco liderado por Lício Pina, também o BPI, chefiado por Pablo Forero, e o Bankinter anunciaram recentemente que a moratória que oferecem poderá ir até um ano no caso das empresas.

DURAÇÃO



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

DANIEL SAMPAIO PSIQUIATRA

“Espero que nenhum pai ou mãe digam agora mal do telemóvel”

Daniel Sampaio diz que “é preciso estimular os contactos à distância através do telemóvel” e considera que a incerteza do momento se combate com “informação científica, transparência e esperança”.

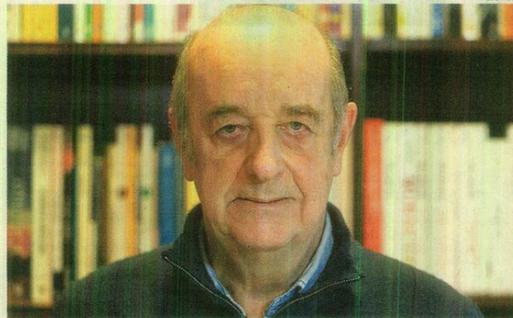
CELSO FILIPE
cfilipe@negocios.pt

Daniel Sampaio afirma que uma das consequências desta pandemia se materializa no facto de o significado da palavra comunidades estar a ser “reinventado”. Em entrevista por escrito, o psiquiatra aponta duas estratégias fundamentais para combater esta crise: estar mentalmente e fisicamente ativo.

O homem é por definição é um ser social. Quais são as estratégias mais adequadas para lidar com este isolamento contranatura?

É certamente uma situação difícil e devemos começar por aceitar isso mesmo. Há duas estratégias fundamentais: estar mentalmente ativo e estar fisicamente também ativo. Isto quer dizer que devemos ter diariamente algum trabalho intelectual (teletabalho se tivermos emprego ou ler e escrever para os restantes). O exercício físico é fundamental, no mínimo 15 minutos por dia, idealmente mais. O exercício liberta substâncias calmantes que nos ajudam a vencer o medo.

Numa outra perspetiva, a atual situação de confinamento social introduz novas dinâmicas de relacionamento familiar. É previsível um crescimento dos conflitos? Como é que se lida com eles? É previsível o aumento dos conflitos sobretudo nos casos em que as relações já não eram boas. É essencial desdramatizar, adiar as discussões, relativizar as diferenças, ler sempre em conta o tom



Luís Neves

quilo que o outro estará a sentir.

Em caso de morte coloca-se ainda o problema de lidar com o luto. Ou seja, de não o poder fazer. Isso vai deixar marcas?

Sim, é uma situação terrível. Estamos a assistir a uma dessacralização da morte, com funerais sem ninguém e corpos abandonados em pavilhões de gelo. Mas o luto dá-se sempre, vai ser é mais difícil.

Esta pandemia vai aumentar o número de doenças psiquiátricas?

Vão aumentar perturbações de ansiedade e as depressivas, sobretudo se não estivermos atentos aos primeiros sintomas. As doenças mais graves, como a esquizofrenia, tendem a manter-se estáveis.

Como é que se transmite esperança num momento de incerteza como este?

Com informação científica, transparência, esperança. Os médicos portugueses ganham experiência, aprendemos com o que se passou noutros países, a comunidade aceitou bem o confinamento social.

Sairemos desta pandemia pessoas e sociedades diferentes?

Sim, esperemos que para melhor. O significado da palavra comunidade está a ser reinventado.

Esta pandemia pode funcionar como um teste à Humanidade? Ou seja, pode ser um “ensaio sobre a cegueira” ou ter o efeito oposto, com redes de solidariedade acriadas e uma maior empatia?

Esperemos que a segunda hipótese seja a que vai acontecer. Eu acredito. ■ cfilipe@negocios.pt

de voz e a postura corporal. Evitar a hostilidade e o criticismo.

Para os jovens é um período particularmente complicado. Que conselhos lhes é possível dar?

Os jovens atuais estão muito ligados aos amigos. Por isso sentem a sua falta. É preciso estimular os contactos à distância através do telemóvel (espero que nenhum pai ou mãe digam agora mal do telemóvel), estar em contacto com os avós aos quais não podem ir, ler, jogar, arrumar o quarto outrora

desarrumado, conhecer melhor os pais...

Como mitigar, em especial, o isolamento social dos mais velhos?

As tecnologias de comunicação, em particular os smartphones, são muito importantes. Benditos telemóveis! Portanto telefonar, mandar SMS, bater à porta e deixar comida, telefonar para que apareçam à janela.

Os doentes da covid-19 estão numa situação de isolamento

“O exercício físico é fundamental, no mínimo 15 minutos por dia. Libertam substâncias calmantes que nos ajudam a vencer o medo.”



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?



O Presidente recebe esta quarta-feira o parecer do Governo sobre a renovação do estado de emergência.

Marcelo vai renovar estado de emergência sem alterações

No final da reunião mantida com especialistas da área da saúde, o Presidente da República deixou antever que renovará o estado de emergência para lá de 2 de abril porque "vale a pena manter as medidas de contenção".

DAVID SANTIAGO*
dsantiago@negocios.pt

Se dúvidas houvesse quanto à probabilidade de o estado de emergência em vigor vir a ser renovado, o Presidente da República deixou-as dissipadas: "No futuro imediato, impõe-se manter as medidas de contenção", disse à saída da longa reunião desta manhã que juntou, no Infarmed, os representantes dos órgãos de soberania, líderes partidários, parceiros sociais, entidades de saúde e ainda, por videoconferência, os membros do Conselho de Estado.

Marcelo Rebelo de Sousa retirou "duas conclusões fundamentais" da conversa com os especialistas na área da saúde: a de que foram as medidas de contenção que permitiram reduzir o aumento diário de novos casos de infeção pelo novo coronavírus, o que significa que estão a funcionar e de que, como tal, devem manter-se as medidas aprovadas

para conter a Covid-19.

Dado que as duas semanas de vigência do estado de emergência declarado pelo Presidente terminam esta quinta-feira, Marcelo terá de decidir sobre a renovação deste regime de excepcionalidade esta quarta-feira, o que só fará depois de conhecer o parecer do Governo.

O Presidente não quis adiantar pormenores sobre "o conteúdo específico do decreto de renovação, dizendo que "é prematuro estar a antecipar", mas o Negócios sabe que a intenção é não fazer alterações ao quadro geral, cabendo depois ao governo avaliar se endurece algumas medidas.

O cenário de necessidade de prolongar as medidas restritivas era já previsto e antecipado pelo próprio Marcelo Rebelo de Sousa e também pelo primeiro-ministro, António Costa, em declarações feitas por ambos na segunda-feira.

"Sabemos que esta é uma situação que está para durar várias semanas", disse Marcelo. "O que é expectável é que, sabendo nós que temos tido sucesso, feliz-

mente, em baixar o pico desta pandemia (...) vamos ter de prolongar também as medidas que têm vindo a ser adotadas, com estado de emergência ou sem estado de emergência", acrescentou Costa.

Medidas estão a produzir efeitos

Nesta "utilíssima reunião com os especialistas", Marcelo Rebelo de Sousa explica que ficou clara a ideia de que as medidas já adotadas permitiram verificar uma redução do número de novos casos para "menos de metade da média" registada durante a primeira fase do surto. Essa é a fase mais recente, o Presidente nota ser possível "identificar uma relação com o encerramento de escolas e medidas de contenção", premiando assim "os esforços dos portugueses que assumiram como tarefa coletiva compreender e praticar essa auto-contenção".

Marcelo Rebelo de Sousa acrescentou que houve ainda uma "posição unânime" que passa pela importância de "manter a pressão na mola",

desde logo através da manutenção das medidas de contenção implementadas. Ainda assim, e apesar destas conclusões írem no sentido das declarações feitas por António Costa, o chefe de Estado não quis dar como certa, apesar de tudo apontar nesse sentido, a renovação do estado de emergência, muito menos do que isso venha a implicar: "As medidas específicas, mais gerais ou mais concretas, são essencialmente competência do Governo. Acontecerá o que tiver de acontecer nos próximos dois dias".

Acerca da possibilidade de as medidas serem ainda mais apertadas de modo a proibir viagens durante o período da páscoa, o Presidente da República considerou "prematuro estar a antecipar".



O conteúdo do decreto de renovação é prematuro estar a antecipar, mas por natureza, viu-se há 15 dias, trata-se de definir um quadro dentro do qual o Governo deve ter os mais amplos poderes.

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

Nova reunião para decidir encerramento das escolas

Dentro de precisamente uma semana, a 7 de abril, haverá um novo encontro entre as mais altas figuras do Estado e especialistas, antecipou Marcelo. Nessa altura será possível "analisar os dados" necessários a apoiar a decisão que o Governo terá de tomar no dia 9 de abril sobre um eventual prolongamento do encerramento de todas as escolas, "matéria a apreciar de forma específica e concreta".

Com toda a prudência, Marcelo já admitiu que a evolução do surto permite que haja agora "menor preocupação", oportunidade para reiterar o elogio

aos "esforços dos portugueses" e sinalizar que "dá razão aos decisores políticos para decidirem, no futuro imediato, em sentido idêntico ao que decidiram" - nova nota a apontar para a renovação do estado de emergência.

No final do encontro realizado esta manhã, os partidos também se mostraram em sintonia com a ideia de que será necessário prolongar por mais duas semanas o regime de exceção. Há duas semanas, a Assembleia da República aprovou o decreto presidencial relativo ao estado de emergência sem votos contra, embora com abstenção do PCP, d'Os Verdes, da Iniciativa Liberal e ainda da deputada não-inscrita Joacine Katar Moreira. [*com av](#)



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

António Costa está a fazer mais ou menos do que os outros?

A PANDEMIA PELO MUNDO

Acontecimento "muito raro e difícil". Foi assim que as autoridades belgas classificaram a morte de uma menina de 12 anos com covid-19. Na ilha de Bali, onde dezenas de turistas portugueses aguardam repatriamento, foi decretado o estado de emergência. Espanha bateu um triste recorde de falecimentos e a cidade de Jena, na Alemanha, tornou obrigatório o uso de máscara.

NEGÓCIOS com LUSA

Pandemia já fez 160 mortos em Portugal

O número de vítimas mortais em Portugal devido ao novo coronavírus aumentou ontem para 160, o que traduz uma subida de 20 face a segunda-feira, quando estavam contabilizados 140 óbitos, anunciou a Direção-Geral da Saúde. Quanto ao número de infetados (casos confirmados), aumentou 16% para 7.443. Na segunda-feira, o número de infetados tinha subido 7,48% para 6.408, pelo que em termos absolutos a subida de casos foi de 1.035. O crescimento diário do número de mortos em termos absolutos diminuiu ligeiramente (21 contra 20, sendo que a taxa de crescimento desceu ligeiramente (14% contra 18%). Verifica-se pelo contrário uma aceleração na taxa de crescimento do número de infetados (16,1% contra 7,48% de segunda-feira), bem como na variação em termos absolutos (mais de mil contra 446). Tendo em conta o número de infetados e de vítimas mortais, a taxa de letalidade é de 2,15%, contra 2,18% de segunda-feira, na qual foi a primeira descida em vários dias.

7.443 INFETADOS

Número de infetados com covid-19 registados em Portugal na terça-feira, um aumento de 16% face ao dia anterior.

Cidade alemã de Jena torna obrigatório uso de máscara

A Alemanha registou ontem 583 vítimas mortais da covid-19, um aumento de mais de uma centena em relação ao dia anterior, de acordo com dados oficiais do Instituto Robert Koch (RKI). Segundo esta entidade, o país contabiliza 61.913 casos diagnosticados, um crescimento de 4.615. A Baviera, o estado federado que regista o maior número de infetados, 34.810, anunciou esta segunda-feira que vai prolongar o confinamento, inicialmente previsto até 3 de abril, até dia 19. O ministro do Interior da região já pediu a todos os cidadãos que denunciem às autoridades aqueles que violem as regras, como o respeitar da distância de segurança nos supermercados. Jena, no estado da Turíngia, tornou-se a primeira cidade alemã a decretar a utilização de máscara obrigatória em público.

Bélgica chora óbito "raro"

Uma menina de 12 anos morreu na segunda-feira devido à pandemia de covid-19, anunciaram ontem as autoridades de saúde da Bélgica, que classificaram o acontecimento como "muito raro e difícil". "É um caso muito raro, mas que nos afeta muito, é um momento emocionalmente muito difícil porque envolve uma criança", disse o microbiologista Emmanuel André, na conferência de imprensa diária sobre a covid-19, em que o número de mortes aumentou para 705 na Bélgica (na véspera eram 513). "Atravessamos esta epidemia de modo solidário e vamos ultrapassá-la", salientou, numa altura em que a Bélgica regista 876 novos casos confirmados por testes de laboratório, num total de 12.760 desde os primeiros casos de infeção pelo novo coronavírus, no início de março.

Espanha bate novo recorde de falecidos

Espanha registou, nas últimas 24 horas, 849 mortos com o novo coronavírus, um novo recorde de falecidos num só dia, elevando o balanço total para 8.189. Os números do Ministério da Saúde espanhol revelam ainda um aumento de 9.222 no número de infetados, um crescimento dos novos casos positivos, depois dos 6.398 anunciados na segunda-feira. Desde o início da pandemia, o país registou um total de 94.417 casos de covid-19, dos quais 8.189 morreram e 19.259 tiveram alta e são considerados como curados. Na totalidade do país estão ou estiveram hospitalizadas 49.243 pessoas e, dessas, 5.607 estão ou já estiveram em unidades de cuidados intensivos. As autoridades sanitárias têm afirmado que o pico das infeções do novo coronavírus está quase a ser alcançado.

Ilha de Bali em emergência

A ilha indonésia de Bali, onde estão dezenas de turistas portugueses retidos à espera de conseguir viajar para Portugal, declarou ontem o estado de emergência, que determina medidas mais rígidas para conter a propagação da covid-19. Entre as medidas, anunciadas pelo secretário regional da administração de Bali, Dewa Made Indra, contam-se mais controlos nas entradas e a imposição de uma quarentena de 14 dias a quem chegar à ilha.

Irão entre os mais afetados

As autoridades iranianas anunciaram ontem 141 novas mortes pelo novo coronavírus, elevando para 2.898 o número oficial de mortos no Irão, um dos países mais afetados pela doença covid-19. As autoridades de saúde registaram 3.111 novos casos de contaminação nas últimas 24 horas, disse Kianouche Jahanpour, o porta-voz do Ministério da Saúde. Um total de 44.606 casos foram oficialmente registados no Irão.